

REDESCOBRINDO A HISTÓRIA: A REPÚBLICA DE FORMOSO E TROMBAS

PAULO RIBEIRO DA CUNHA¹

INTRODUÇÃO

O processo de expansão capitalista característico do modelo de desenvolvimento iniciado a partir da década de 50 trouxe à luz contradições de um cenário que, no campo, apontava para uma situação de miséria face às condições de trabalho existentes e também à concentração fundiária que se constituía em um dos pilares inalterado do sistema político brasileiro. A partir de 1947, com o agravamento da Guerra Fria e com a conseqüente ilegalidade do Partido Comunista, bem como a cassação do registros de seus parlamentares, estava posta uma situação propícia a novas formas de intervenção. Em relação ao PCB, a influência deste cenário apontou para o redirecionamento de uma linha política inicial de conciliação de classes para uma explosiva proposta à esquerda de assalto direto ao poder delineado pelo **Manifesto de Agosto de 1950**. Foi com esta perspectiva de revolução que setores do Partido, entusiasmados com a vitoriosa revolução chinesa e a possibilidade de implementar uma política a ser transposta naquele processo e norteadas por uma concepção **teórica revolucionária do campo cercando as cidades**, lançaram-se ao reforço dos movimentos sociais. Estavam, também, enriquecidos por outras experiências razoavelmente bem sucedidas (ainda que não totalmente vitoriosas) como a luta de Porecatu, e assim se gestou uma perspectiva de revolução imediata, processo alimentado por uma avaliação que considerava presentes tanto as condições objetivas como as subjetivas (vontade de mudar), necessitando apenas de um pequeno impulso para ser detonado. Na medida em que se percebe, um cenário de conflito iminente, o estado de Goiás propiciou, de certa forma, as condições para que este processo fosse desencadeado, sendo um tradicional palco de conflitos rurais extremamente significativos até hoje, como Ipameri, Itauçú, Porangatu, Formoso, entre outros. Contudo, outras

¹ Este artigo é uma reflexão a respeito de minha tese de Mestrado intitulada "Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964", PUC/SP, 1994. *Cadernos AEL, n. 7, 1997 Paulo Ribeiro da Cunha*.

mediações estariam presentes neste cenário. Para o governo Federal, Goiás seria um local de despressurização do problema fundiário (como foi o caso de Porecatu, no Paraná) e, na avaliação do PCB, uma possibilidade concreta de intervenção a ser potencializada, na medida em que o estado também era carente de população significativa no campo e tinha por característica maior um aparato institucional extremamente caótico, que, em última instância, possibilitaria novas experiências de intervenção. Decorrente desta primeira perspectiva, podemos apontar um primeiro fator potencializador de conflito na região, característica de políticas ainda hoje presentes, ou seja, a busca de equacionamento do problema fundiário a partir de políticas de colonização, movel de outros conflitos futuros, principalmente na Amazônia a partir da década de 80. Com a política de colonização de Governo Vargas em Goiás, teve início um dos maiores conflitos fundiários da década de 50, ao lado de Porecatu no Paraná, ainda que Formoso e Trombas tivesse a peculiaridade de originar uma singular experiência de organização política até hoje inédita².

ORIGENS HISTÓRICAS

A luta na região de Formoso e Trombas teve origem em fins dos anos 40, a partir da busca de terra por parte de milhares de camponeses que se dirigiram à **Colônia Agrícola de Goiás (CANG)** atraídos pela propaganda do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo) como também por notícias boca a boca que sinalizavam a promessa de doação de terra e ajuda técnica pelo governo. Mas, em razão da impossibilidade de incorporação do grande fluxo de colonos face ao número de lotes disponíveis, dezenas de posseiros seguiram para o norte onde constava a existência de matas férteis e muita terra devoluta, sendo poucas as fazendas. Nesta fase inicial, os posseiros instalaram-se sem grandes problemas e construíram casas às margens dos vários córregos, que eram abundantes na região. Mas este quadro de aparente tranqüilidade social altera-se a partir de 1950, quando surgem as primeiras tentativas de grilagem das terras pelos fazendeiros, com tentativas de várias ordens para obter o pagamento de arrendamento com a conseqüente ameaça de expulsão dos posseiros da área em crescente

² MEDEIROS, Leonilde. *Sérvolo de História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989. 84 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Redescobindo a História: A República de Formoso e Trombas*

valorização. Sebastião Abreu comenta como se desenvolveu este processo na região de Formoso: *"Tudo começou no início da década de 50, com um esperto advogado de Goiânia e um ambicioso comerciante de Uruaçu, no meio oeste goiano, ao qual pertencia o município de Amaro Leite, em cujos limites se situavam os "Formoso", "Bonito", e "Santa Teresa", que em conjunto, ocupavam uma área de mais de quinze mil alqueires goianos, ou seja, quase 75.000 hectares. Um rábula a serviço dos grileiros, vasculhando o arquivo público do estado de Goiás, descobriu o que lhe parecia ser o mapa da mina. Era um requerimento de concessão de sesmaria, datado de 1775... De posse da certidão contendo inteiro teor deste requerimento, os grileiros planejaram apossar-se das terras dos três imóveis, onde há mais de cinquenta anos já haviam se fixado numerosas famílias de posseiros. Para fazer grilagem era necessário estabelecer um elo entre o requerente da sesmaria, Caetano Cardoso de Moraes, e os que então se diziam proprietários. Vasculhando nos cartórios, descobriram nos municípios de Pirenópolis uma família de lavradores cujo sobrenome coincidia com o do requerente da sesmaria. Depois de afirmar a alguns surpresos e incrédulos membros dessa família que os mesmos eram donos de terras no longínquo município de Amaro Leite, na qualidade de descendentes de Caetano, fácil foi levar os falsos herdeiros ao cartório da cidade, onde os mesmos lhes passaram as escrituras de cessão de direitos hereditários em troca de algum dinheiro. Em Uruaçu, já na qualidade de cessionários dos 'herdeiros' de Caetano Cardoso de Moraes, requerem o inventário deste, a quem atribuíram supostos filhos, netos e bisnetos, até fechar a cadeia sucessória com os falsos herdeiros de Pirenópolis."*³

Neste momento tem início um confuso processo de resistência, sendo o mais significativo o capitaneado pelo camponês José Firmino, na região de Formoso, e por José Porfírio, na região de Trombas, que, fundamentalmente, procuraram, nesta fase inicial do processo, a mediação do governo do Estado e até do Governo Federal, objetivando obter o registro das terras por via legal, processo que duraria até 1954. Um dado curioso, mas também um elemento potencializador das lutas futuras, foi presença de muitos camponeses que haviam tido um certo contato com o PCB em épocas anteriores, como também, na região, vários que tinham sido expulsos de outras áreas e que não tinham mais para onde ir;

³ ABREU, Sebastião. *Trombas: a guerrilha de José Porfírio*. Brasília, Ed. Goethe, 1985, p. 73-82. 85 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 Paulo Ribeiro da Cunha

assinale-se também indícios da presença na região de antigos combatentes da Coluna Prestes. Mas ambos fracassaram nestas tentativas de equacionamento por via pacífica e Firmino, após iniciar os primeiros contatos com membros do partido, ficaria pouco tempo em razão da forte repressão que sofreu nesta fase inicial. Através deste cenário é que um núcleo do PCB, sediado na Colônia, decidiu contatar e avaliar a possibilidade daquela área vir a ser um (ou o) foco potencializador da revolução brasileira. Na CANG, o partido já estava estruturado, sendo local de várias reuniões regionais de organização e dinamização partidária, inclusive editando um jornal camponês, o **Rança Touco**; na ocasião, teve até a assistência de Gregório Bezerra⁴, enviado do Comitê Central a Goiás. Foi neste período que o comitê zonal decidiu, sob o entusiasmo da linha política do Manifesto de Agosto, enviar à região, para fixar posse, alguns escolados quadros do partido, sendo eles: Geraldo Marques, João Soares e, pouco depois, José Ribeiro e Dirce Machado. Este grupo se constituiria no **Núcleo Hegemônico**, que procuraria organizar a resistência dos posseiros e criar condições para que esta luta tivesse um caráter de potencialização de uma mobilização mais ampla. Mas também ocorrem naquele momento as tentativas dos grileiros de endurecer na questão do arrendamento, como também procurar, através desta iniciativa, expulsar os posseiros. Aqui teve início a fase mais terrível de violências, fase esta em que Porfírio ainda tentou a mediação do governo, sem sucesso. Foi uma frase do procurador do estado que operou como senha para a resistência:

*"Não há grota na região? Pode haver cadeia para um, dois, mas não para quinhentos."*⁵

É no momento em que o Estado reconhece a impossibilidade de fazer cumprir a lei e propiciar garantias de permanência na terra aos posseiros que o cenário para a luta se configura. Com a presença e atuação dos militantes do PCB na região de Formoso já a mais de um ano e seu encontro com Porfírio em Trombas, região onde tinha prestígio e onde sua roça fora queimada pelos grileiros, inicia-se uma nova fase da resistência. Entretanto, percebe-se uma diferença quanto à forma de intervenção do partido na região, diferenciada de intervenções anteriores. Este **Núcleo Hegemônico**, formado de quadros camponeses e

⁴ BEZERRA, Gregório. *Memórias*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980, p. 86-97.

⁵ Depoimento do Procurador do Estado Dr. Everaldo de Souza in *Jornal 'O Movimento'*, São Paulo, 21/08/1978. 86 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*

militantes no partido tinha por característica marcante uma grande experiência e capacidade criativa resultante das atividades partidárias desenvolvidas na CANG. José Ribeiro bem coloca que:

"Agora, a facilidade que teve aqui da gente organizar o povo é porque havia o espírito de revolta do povo aqui. O Povo estava ameaçado, eles sabiam se não tomasse posição não tinha outra saída(...) e principalmente nós trabalhávamos no cabo da enxada, da foice, do machado, fazendo cerca, carpindo roça, colhendo arroz, junto com o povo aqui, ombro a ombro, cada um tirou sua posse, seu pedacinho de terra. Eles viram nós também como camponês igual a eles. Não viemos aqui como corpo estranho aqui. Vocês fazem isso, fazem aquilo. Não, aqui nós viemos prá cá viver a vida aqui, ombro a ombro, comer o feijão com arroz, às vezes sem sal, as vezes sem manteiga, passar fome junto com eles, viver a vida junto com eles, viver a vida junto com eles aqui e por isso nos ganhamos a confiança deles (...)." ⁶

Estes militantes, ao se fixarem na posse, souberam com habilidade organizar os posseiros a partir de especificidades locais, particularmente em sua reivindicação maior, "a luta pela terra" e paulatinamente foram realizando reuniões, superando dificuldades de toda ordem, em especial em relação ao espectro do "comunismo". Geraldo Marques comenta que: *"Nós só sabia que qualquer coisa que a gente fizesse tinha de ser coletiva e democrática. Só a participação da maioria é que valia. Então nós começamo a investigá como os posseiro compreendia a luta de classe e apontar os inimigo principal e seus direito. Bom, a aceitação do povo quando a gente dizia que era comunista era difícil.*

Mas era engraçado, tudo que o partido propunha, desde organização da resistência, visando o coletivo, a criação da associação dos trabalhadores rurais até a luta armada, a maioria dos camponeses concordava. Só não concordava com o comunismo (...). A região era muito grande e a gente tinha que se deslocá sempre, porque o povo discutia a proposição do partido, concordava, dava de comer a gente, mas não deixava dormir (...) Isso de não deixar dormir dificultava tudo, porque o trabalho não rendia. Eles tratavam a gente bem porque a gente era camponês também, e eu via que eles tinham vontade de participá da luta que nós propúnhamos, porque era justa a reforma agrária, mas o medo não era do

⁶ Entrevista de José Ribeiro ao autor in CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. Op. cit. p. 154. 87 Cadernos AEL, n. 7, 1997 Paulo Ribeiro da Cunha

*programa do partido, era do comunismo, que nem eles sabia o que era (...) Nós ficamos um ano andando de casa em casa, explicando tudo, a gente logo conseguiu muito nego macho, mas não era maioria e o coletivo tava acima de tudo (...)."*⁷

O encontro deste núcleo com Porfírio representou uma nova fase de articulação na qual a resistência e direcionamento político da luta apontaria para uma nova dimensão de organização, já que significava a possibilidade de quebra de resistência de boa parte dos posseiros em relação aos comunistas, face ao grande prestígio destes na região de Trombas. Algumas fontes pesquisadas apontam o líder como um elemento próximo ao PCB em um período anterior à sua ida à região e em Formoso. Naquele momento, o trabalho em curso já apresentava resultados positivos, com elementos novos e atuantes incorporados decisivamente à resistência e, como foi dito, com muitos deles e outros que lá chegavam todos os dias, expulsos de outras terras e até originários das lutas do arrendamento no estado na década de 50.

A REVOLUÇÃO NA ORDEM DO DIA

A segunda etapa do movimento é caracterizada pela via armada. Esta, a rigor, não era contingencial às características da região, mas resultado coerente da linha do "Manifesto de Agosto" e reafirmada politicamente nas teses do IV Congresso. Por esta razão e como consequência do momento, a estratégica de implementação e a tática de luta galvanizou o apoio da militância nas várias esferas do partido. Na região, o elemento organizacional instrumentalizado em um primeiro momento, e estendido para o núcleo do PCB como necessário à organização e à dinamização partidária, foi a fundação de uma Associação de Lavradores, viabilizada em 1955. Esta teve imediato e significativo respaldo entre os posseiros, além de nortear, através de uma grande mobilização e apoio de advogados do PCB vindos de Goiânia, a tentativa de garantir a permanência nas posses. Entretanto, o período em questão e mesmo o quadro regional foi o projeto de "Luta Revolucionária", demarcado historicamente a partir da intervenção dos militantes do PCB e da luta armada que perduraria até fins de 1957. Inicialmente, a posição do partido era

⁷ Entrevista de Geraldo Marques a Maria Esperança Carneiro in CARNEIRO, Maria Esperança. A Revolta Camponese de Formoso e Trombas, Goiânia, Ed. Ufgo, 1988, p. 129. 88 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*

ganhar tempo, tática necessária à acumulação de forças e ao fortalecimento da organização da luta. Assistentes do Comitê Central começaram a circular na área após a partida de Gregório Bezerra e, paulatinamente, a tese da intervenção revolucionária começou a ganhar forma⁸ e, para viabilizar este processo, entrou em cena uma rede de apoio e solidariedade à luta de Formoso com a realização de campanhas de captação de recursos para a compra de armas, sendo os vários pontos de apoio do PCB mobilizados de formas variadas. Tais pontos de apoio, com o desenvolvimento da luta e a intensificação da repressão, extrapolaram a esfera estritamente partidária e uniram a classe política de oposição ao governo de Goiás. Com o desenrolar dos acontecimentos, também a imprensa regional e nacional foi despertada e provocada para debater o assunto. A dinamização da luta por toda a região ocorre precipitada por um incidente nas terras do posseiro Nego Carreiro. Na ocasião, o grileiro João Soares (homônimo do quadro do PCB enviado à região) e seus jagunços, juntamente com a polícia, foram cobrar a taxa de arrendamento e expulsar os posseiros do local. Conhecido por sua valentia, Nego Carreiro resiste, tendo como saldo um sargento morto com um tiro na testa e um soldado com uma orelha a menos. A região transforma-se em campo de luta⁹. Este fato obteve notável repercussão em toda a região e, a partir dele, a liderança dos posseiros adota uma atividade clandestina móvel, alternando o refúgio entre vários locais e procurando organizar política e militarmente os posseiros em toda a região. Piquetes com número reduzido de integrantes e espalhados nas várias entradas da região são formados e nos pontos principais, começa o enfrentamento esporádico entre a polícia e os jagunços. Neste contexto de confronto, a tática de luta inicialmente utilizada, face ao pouco armamento e às escassas munições, consistia em fustigar com alguns tiros o inimigo que se aproximava e recuar para outro ponto determinado, evitando um confronto direto. Percebe-se certa semelhança com as táticas utilizadas por Mao Tse Tung na revolução Chinesa pois eram populares seus ensinamentos entre os posseiros. Várias fontes indicam que houve algum treinamento militar no período (e em períodos posteriores) por parte de assistentes do partido¹⁰. Entretanto, a criatividade resultante das precárias condições

⁸ CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Op. cit.* cap. III.

⁹ CARNEIRO, Maria Esperança. A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas. *Op. cit.* 89 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 Paulo Ribeiro da Cunha

¹⁰ CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Op. cit.*, cap. III.

existentes viabilizou formas de mobilização e intervenção extremamente significativas. Um exemplo foi o estabelecimento de uma rede de comunicações integrada às várias áreas do conflito, com o objetivo de vigiar as entradas de acesso; este aspecto foi fundamental à defesa e ao êxito da luta e teve na participação das mulheres e das crianças seu eixo nuclear. Neste sentido, ocorre um processo de mobilização que se consolida paulatinamente a partir da ação interveniente dos militantes do partido e que também origina uma organização com impulsos crescentes, resultantes do aproveitamento do trabalho comunitário tradicional existente entre os camponeses, como os mutirões. Posteriormente, ocorre o estabelecimento dos "**Conselhos de Córregos**", como decorrência deste trabalho interativo e de uma ação coletiva constante, particularmente no período 1956-1957. Estas mediações, ainda que sujeitas à polêmica em relação à sua data constitutiva, caracterizaram-se como organismos auxiliares com o objetivo principal de facilitar a ação da Associação dos Lavradores e dinamizar as tarefas e atividades em toda a região, como também procurar estabelecer um difícil controle na medida em que eram muitas as vias de acesso¹¹. Ribeiro comenta, sobre a questão, que: *"(...) A Associação criou um conselho, que de distância em distância mais ou menos uns 10 Km, 5 Km, 8 Km, criava um conselho com área demarcada. Aquele Conselho atuava dentro daquela região e todos os problemas dali era resolvido por aquele Conselho da Associação, eleito democraticamente pelos próprios posseiros da área. Os conselhos surgiu em 1957, a gente funcionava mesmo depois de 1957 (...) existia (antes de 1957) a Associação só, mas os Conselho não existia não (...)"*¹²

Nesta fase ocorreram vários choques, sendo que o principal confronto armado foi a Batalha de Tataira. Os posseiros, apesar de estarem em pequeno número e acantonados em um piquete, forçaram, na ocasião, o recuo de grande número de soldados, com muitas perdas entre eles. A partir deste momento, espalhou-se a notícia de que os posseiros tinham uma força incalculável, resultando em forte impacto psicológico sobre os habitantes da região, a sociedade civil e o governo. Este foi um período de impasses e tensões, caracterizado por momentos espaçados de trégua, com escaramuças com os jagunços e soldados, e que teve uma duração aproximada de três anos. Em fins de 1957, a

¹¹ Idem, ibidem. 90 Cadernos AEL, n. 7, 1997 Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas

¹² Entrevista de José Ribeiro ao autor in CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Op. cit.* p. 173. 91 Cadernos AEL, n. 7, 1997 Paulo Ribeiro da Cunha

partir da aparente vitória dos posseiros, o governo do estado resolveu intervir enviando reforços significativos, que ficaram aquartelados em Porangatu à espera de uma ordem para invadir a área. Em Formoso, o PCB e, principalmente, seu núcleo hegemônico, tinha por resultado um alto grau de mobilização dos posseiros na luta e na conscientização de seu objetivo em permanecer na terra, ainda que o controle efetivo da área fosse precário e muitas as dificuldades. Face ao impasse, alguns fatores entraram em cena e a política de intervenção do governo ficou condicionada aos mesmos e, por esta razão, aumenta a necessidade de cautela e prudência. Inicialmente, um aspecto a considerar foi a determinação dos posseiros em resistir, pautada por um eficiente processo de organização político-militar. Acrescente-se a isso a habilidade com que os membros do PCB procuraram centralizar a resistência na figura carismática de José Porfírio, colocando, para o público externo, a secundaridade da participação do partido. Em correlação a estes aspectos, instala-se em várias cidades do estado de Goiás (particularmente em Goiânia e Anápolis) uma rede de solidariedade, articulada e impulsionada pelo PCB, com forte apoio da opinião pública, fazendo com que o governo recuasse na decisão de intervenção direta. Tanto a imprensa regional como a nacional fizeram reportagens denunciando a violência por parte do governo e sua postura ambígua, exigindo um posicionamento específico com relação ao conflito. Outros fatores importantes foram: o apoio de parlamentares estaduais e federais que se opunham ao PSD, que governava o estado e uma considerável mobilização da sociedade civil, particularmente configurada na atuação de estudantes, intelectuais e profissionais de várias categorias onde o PCB tinha penetração considerável. Estes fatos geraram um grau de apoio e mobilização inéditos até então em Goiás, especialmente relevante no momento em que as eleições se avizinhavam. A Igreja Católica, tradicionalmente conservadora e aliada aos setores mais atrasados da aristocracia rural, permaneceu em prudente silêncio público sinalizando ambigüidade sobre a questão, ainda que ocorresse, por parte de alguns prelados, uma discreta simpatia à causa dos posseiros. Ao que parece, decorrente desta mobilização, instala-se, ao final de 1957, uma comissão parlamentar de inquérito conduzida por parlamentares de oposição e que obtém algum resultado político, uma vez que acontece a retirada das tropas do governo pouco tempo depois. Ainda que seja um aspecto pouco explorado, acredito que não se pode descartar a

interferência do governo federal na ocasião, interessado em melhorar a imagem do Estado de Goiás, objetivando superar a forte resistência nacional contra a transferência da capital federal para o centro-oeste goiano (cerca de 200 km em linha reta de Formoso) e possibilitar o prosseguimento do projeto da construção de Brasília. O impasse criado pela determinação dos posseiros em resistir, a pressão popular e pública e as eleições que se aproximavam colocavam o governo estadual em situação delicada. Um confronto seria inoportuno e desfavorável. Neste cenário, percebe-se, para o PCB, um momento privilegiado de unidade e empenho, que possibilitou a convergência programática e a ação de todo o partido em uma única tarefa. Abalado que estava com as denúncias do culto a Stalin, tanto a nível regional como nacional, o partido passa, regionalmente, por uma certa rearticulação que teve a participação direta de assistentes do Comitê Central. Por esta razão, o PCB se legitima como um forte instrumento de pressão e como um efetivo canal de negociação em busca de uma solução política para a crise. Ao que parece, foram estes fatores dialeticamente articulados com a mobilização popular e política, conjugada à resistência armada e a atuação do PCB no local e no estado, que forçaram o equacionamento tático da problemática de Formoso¹³. Entretanto, concretamente, ocorria naquele momento de vitória dos posseiros um esgotamento de suas forças e, neste sentido, o quadro geral se estabiliza, com eventuais atritos entre os jagunços e a polícia no período subsequente.

EQUACIONAMENTO POLÍTICO E CONSOLIDAÇÃO

Esta etapa do movimento de Formoso pode ser situada a partir do momento em que ocorre um reequacionamento das forças políticas do estado com o início do mandato tampão do governador José Feliciano de 1959-1960 e que teve como política de estado excluir a região de uma integração econômica, ainda que também se abstinhasse de intervir militarmente na área¹⁴. O quadro político e social da região estabiliza-se e configura o terceiro momento histórico da luta na região, sendo que nos três anos seguintes ocorre uma fase de **"Amadurecimento e Acumulação de Forças"**. Este período está caracterizado pelo aumento da produção local, pela procura de soluções para os problemas de

¹³ CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Op. cit.*, cap. III. 92 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*

¹⁴ ABREU, Sebastião. *Op. cit.*, 1985, p. 73-82. 93 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Paulo Ribeiro da Cunha*

escoamento da produção e também pela articulação política com o objetivo de atender às necessidades do cotidiano e equacionar questões várias na região. É também uma fase permeada de debates constantes e que, em última instância, transformou a Associação de Lavradores em governo efetivo do território. A estratégia de ação desenvolvida pela Associação (núcleo hegemônico do PCB) consistia no aproveitamento do período de trégua para a articulação de um leque de alianças regionais que tinha por objetivo consolidar conquistas e propiciar condições mínimas de apoio infra-estrutural à região. Inicialmente, o partido viabiliza uma aliança tática com o prefeito do município vizinho de Amaro Leite e teve o retorno positivo da máquina administrativa para o atendimento de algumas demandas locais na região, como estradas e escolas. Pouco depois, ocorre a eleição de dois vereadores -membros do PCB -, representantes de Formoso na câmara municipal, ampliando o leque de forças aliadas (como também potencialmente neutralizáveis) à causa dos posseiros. Ainda que positiva, essa conjugação de esforços não supria as necessidades e carências daquela região e, por esta razão, a Associação também assume, na área, várias tarefas de governo - como resolver pendências entre posseiros, atendimento médico e até religioso - enquanto, paralelamente, procurava aumentar o grau de organização, como também de vigilância. Como bem coloca Abreu:

*"O ideal de justiça rápida e barata, tão badalado nos encontros de juristas e todavia, cada vez mais distante, em Formoso era uma realidade. Quando em 1958, o governo do estado se convenceu que não poderia continuar ignorando a existência de Formoso e Trombas, estas duas vilas eram, em todo o estado, as que apresentavam o mais baixo índice de criminalidade. Em quatro anos não ocorrera, em nenhuma das duas, qualquer homicídio ou lesão corporal de caráter doloso. Apenas alguns casos de furtos foram registrados e as poucas brigas geralmente aconteciam entre rapazes e eram motivadas por disputas amorosas. Afinal, Formoso e Trombas eram Brasil."¹⁵ Os mutirões que já eram freqüentes no período resultaram no processo de luta e organização em uma nova forma de ação solidária chamada "**traição**", ou seja, o apoio a posseiros recém - chegados e àqueles que enfrentavam dificuldades de plantio ou colheita. O caráter organizacional existente unindo a Associação dos Lavradores e os Conselhos de Córregos na primeira fase (1955 à*

¹⁵ ABREU, Sebbastião. *Op. cit.*, p. 96.

1957), caracterizado por ser um elo extremamente sólido na unificação da luta, nesta nova fase teve que ser dinamizado e reestruturado para se adaptar à nova situação, atingindo um impulso considerável que perduraria até 1964. Estes vários elementos conjugados e o rígido controle social, político e até militar em toda a região até meados de 1962 deram origem à mítica história da existência da "**República ou território livre de Formoso e Trombas**". Uma outra fase importante neste rico processo autônomo de governo e participação democrática se seguiu e pode ser delimitada pela eleição de Mauro Borges em 1960, que teve o entusiasmado apoio do núcleo de Formoso (à revelia da direção estadual do PCB). Ele, se eleito, prometia a titulação das posses da região. Neste sentido, um quadro de dificuldades advindas de outra ordem e de enorme complexidade se aproximava¹⁶.

IMPASSES E TENSÕES DE UMA NOVA FASE

Este período de luta posterior a 60, com outras formas de organização e intervenção tornou-se bem mais complexo e passou a exigir novas soluções, decorrentes, principalmente, do processo de transformação econômico-social da região: ou seja, o avanço capitalista no campo que tem início na metade dos anos 50 através da CANG é acelerado no começo dos anos 60 com a construção de Brasília e com a integração do meio-oeste e do norte do estado de Goiás. Penso, por esta razão, que se configura em 1960 até o golpe de 1964 o quarto momento histórico da luta de Formoso: a fase de "**refluxos e impasses**", que pode ser delimitada a partir da gradual quebra do isolamento da região das conversações sobre sua integração político-institucional na vida do estado e da consequente necessidade de equacionamento do problema fundiário. Paralelamente, vive-se um período de ricos debates no país, ocorrem grandes transformações e o PCB também entra em processo de redefinição. Conjuntamente, ocorre a entrada de outras forças de esquerda como agentes influentes e intervenientes no campo, particularmente em Goiás. No estado, também se verifica uma ampla renovação política, com a eleição de Mauro Borges para o governo, apoiado em um amplo leque de forças políticas que incluía a participação do PCB no governo. Estes fatores refletem uma política de modernização gradual da estrutura do

¹⁶ CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Op. cit.*, cap.IV. 94 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*

estado, como também de renovação de grande parte do corpo legislativo estadual eleito em 1962. É no desafio deste novo contexto histórico e político que o núcleo hegemônico do PCB e os posseiros de Formoso estão inseridos; este contexto não foi livre de tensões. Neste curto período de um ano em que o partido, em Goiás, foi se redefinindo política e organicamente na luta interna advinda da crise do XX Congresso do PCUS, a correlação de forças orientadas por setores do Comitê Central já apontava para uma nova linha de atuação mais intimamente ligada aos grupos de base camponesa. Um primeiro indicativo desta proposição e redefinição é a eleição de José Ribeiro, de Formoso, como membro suplente do Comitê Central. Ao que parece, naquele momento, as condições de reequacionamento político-partidário estavam maduras, seja pela inserção e presença de muitos quadros dirigentes formados no processo de luta, seja pela experiência acumulada de ação e intervenção partidária nos vários conflitos em Goiás, como Formoso, Itauçú e outros movimentos. Estes elementos já apontavam para a necessidade de elaboração e incorporação de uma nova política, como também para a alteração do quadro dirigente, que tinha um eixo hegemônico urbano fundamentalmente formado por intelectuais. Percebe-se, neste momento, que Formoso veio a ser quantitativa e qualitativamente - juntamente com outras lideranças advindas do campo no processo de luta, - o eixo hegemônico que sinalizaria para uma nova composição política dirigente no estado, exemplificada na força e mobilização auferida pelo PCB na região, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, quando centenas de camponeses se mostravam prontos a intervir militarmente no movimento popular a favor da posse de Jango Goulart. Outro indicativo desta redefinição do PCB em Goiás ocorre na conturbada (mas vitoriosa) indicação de José Porfírio como candidato a deputado estadual em 1962, à revelia de alguns núcleos partidários urbanos; o mesmo acabou sendo eleito como o mais votado do estado¹⁷. Um outro momento ocorre nas eleições de 1962 em Formoso e Trombas, situação que possibilita ao Partido dinamizar-se internamente e, à Associação e aos Conselhos promoverem uma ampla mobilização e discussão de base com a população. A tarefa fundamental diante do novo quadro político era discutir e apresentar candidatos às eleições e apontar, para a massa camponesa, a importância de conduzir a luta pela terra e, principalmente, sua legalização. Como

¹⁷ Idem, *ibidem*.

decorrência desta nova estratégia de intervenção, o núcleo hegemônico tinha como objetivo a emancipação do município, em um cenário diametralmente diferenciado das propostas norteadoras do início da década de 50. Mas o Partido, neste momento, também estava absorvido pela tarefa de receber e assentar os posseiros que chegavam e conduzi-los às novas áreas de posse. Colocava-se um desafio nodal: procurar estabelecer um debate no conselho e na associação sobre o problema organizativo, tendo por objetivo dar continuidade ao processo de conquistas. Geraldo Marques esclarece o trabalho desenvolvido na região e, sobre o tamanho das posses, conta: *"Nós tiramos decisão que posse só até 103 alqueire. Quanto mais perto do povoado tivesse a posse, só podia ser de 50 alqueires, quanto mais longe, só podia ser 50 até 103 alqueire. Tinha que todo mundo respeitá a resolução. A Associação mediava tudo isso."*¹⁸

Antônio Granja, membro do Comitê Central e o assistente político que provavelmente melhor conheceu e influenciou nos acontecimentos de Formoso, coloca a respeito da incorporação da reivindicações do campo pelo PCB:

*"O motivo da eleição de Ribeiro foi porque com a Declaração de Março de 1958, nós tínhamos que renovar o partido, dentro de outra concepção, que não era a indicação do centro para a periferia e sim daqueles valores que se destacavam aonde quer que seja o território nacional. Por outro lado, a minha pessoa influenciou muito porque assistindo Formoso, gostaria que tivesse um quadro de Formoso, nunca tinha dito isso pra eles, um quadro de Formoso no Comitê Central, isso ia ajudar a tarefa né? E o quadro mais político de Formoso se chamava José Ribeiro, ele era o secretário político, era um homem muito inteligente, manhoso (...) não passava por ele assim (...) qualquer tipo de aventuras, ele jogava no seguro (...) no certo."*¹⁹

O NÓ GÓRDIO DE FORMOSO E TROMBAS

A expressão Nó Górdio ilustra os impasses em que se encontram os movimentos sociais rurais no Brasil. Um dos elementos constitutivos desse **Nó Górdio**²⁰ um Formoso e Trombas seriam as condições de normalização política, que permitem um

¹⁸ Entrevista ao autor. 96 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*

¹⁹ Entrevista de Antonio Granja ao autor.

²⁰ "O Oráculo afirmara que aquele que conseguisse desatar o intricado nó dominaria a Ásia. Alexandre cortou o nó com uma espada, cumprindo ou iludindo o vaticínio". São Paulo, Martins Fontes, 1973, pág. 162. 97 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Paulo Ribeiro da Cunha*

razoável grau de desenvolvimento econômico que se reflete no aumento da produção de grãos e no comércio progressivo. Estes fatores apontam para o surgimento e aumento de novas necessidades até então inexistentes ou relegadas a um plano secundário pelos posseiros, preocupados que estavam em um primeiro momento em garantir a posse da terra. Na medida em que as necessidades de incremento da produção se impõem e uma razoável possibilidade de trabalho se verifica pela chegada de muitos posseiros advindos de outras regiões e, particularmente, com um cenário político de relativa estabilidade, ocorre em Formoso o surgimento de uma diferenciação social. Este processo se acentua verticalmente nos anos seguintes ao processo de transformação capitalista em todo o estado de Goiás, quadro que se agrava com as políticas de intervenção de governo e também na medida em que ocorre, paralelamente, o refluxo do PCB e seus militantes na elaboração de estratégias para superar os impasses. Decorrente destas tensões, percebe-se, nas várias esferas partidárias a impossibilidade de incorporar conscientemente os novos posseiros ao processo histórico da luta em uma etapa superior e superar uma velha concepção de posse como propriedade da terra, bem como viabilizar novas relações de trabalho originárias desta nova forma de produção. Isto leva a uma aproximação com políticas nacionais, o que coloca o problema de novas alianças. No período 1962-64 temos vários fatores intervenientes e, ao mesmo tempo, conflitantes no processo de transformação em curso na região. Politicamente, verifica-se o atendimento da principal reivindicação dos posseiros, ou seja, a posse da terra e o início da legalização. O Partido também estaria envolvido em um fecundo debate interno a nível nacional (decorrentes da ruptura do Culto à personalidade de Stalin), com reflexos a nível estadual e local. Entretanto, na região, as razões para a crise foram de outra ordem. Paralelamente aos reflexos sociais e políticos decorrentes do processo de alteração econômica em curso verifica-se a impossibilidade dos novos posseiros se identificarem neste curto período com um passado de luta revolucionária recente e se transformarem em quadros para intervir nas novas condições que o momento exigia. E, como um elemento importante e polêmico a somar-se à crise partidária, resultante da tranquilidade política e dos bons ventos econômicos - promissores de prosperidade - verifica-se o afastamento de muitos dirigentes da militância partidária. Como esclarece José Ribeiro: *"A partir de nós mesmos aqui da*

*direção (...) cada um se preocupou mais com suas coisas pessoais, com sua terra, com seu ganho, fazer um capitalzinho e também se preocupava mais com os Conselhos da associação, porque os conselhos da associação é que dirigia a organização de massa (...)."*²¹

O desafio da continuidade da luta revolucionária em Formoso estava posto e, de certa forma, permaneceu inconcluso²². Curiosamente, alguns fatores entraram em cena. As tensões latentes acumuladas historicamente entre o núcleo do partido em Formoso e o Comitê Estadual - anteriores às divergências na escolha do candidato a governador, à candidatura de José Porfírio e aos descompassos da atuação deste com a orientação política, além da crise interna do PCB em Formoso - propiciaram uma definição tática e pontual para uma redefinição da questão. Algumas fontes como o jornal "**O Movimento**" apontam para a tese de que Porfírio estaria para ser expulso do PCB face às divergências, aspecto este que não foi confirmado por nenhuma entrevista ao autor. K. Dibb, primeiro secretário regional do PCB até o golpe, dá a sua versão e é enfático: "*Esperar a inexistência de contradições é um absurdo; agora uma coisa é certa, essas contradições em nenhum momento durante o período que eu estive lá, nenhuma contradição bastante séria, contradições internas dentro do Partido levou em nenhum momento a idéia de afastamento do Zé Porfírio, nem do Partido, nem da associação (...).*"²³.

Tudo indica que o desafio e a superação da crise partidária no local começaram a ser equacionados a partir do momento em que o Secretariado estadual procurou, sob várias alegações, intervir na destituição de Geraldo Marques (tido como ardoroso stalinista) de todas as suas funções no PCB, o que propiciou, para o núcleo zonal, sua rearticulação ao recusar esta proposição. Por este fator de inabilidade e devido às tensões não resolvidas mas historicamente acumuladas ocorre o reencontro "**unitário e dinamizador do núcleo hegemônico**" do PCB em Formoso, que se rearticula com a finalidade de se redirecionar politicamente para as tarefas que se impunham e de viabilizar estratégias (ainda que tímidas) de intervenção. Sebastião Gabriel Bailão, prestigioso líder camponês da '**Revolta de Itauçú**' e membro da Direção Estadual comenta que: "*Lá estava surgindo o seguinte: muitas coisas em vez de serem discutidas com a direção estadual aqui*

²¹ Entrevista de José Ribeiro ao autor.

²² Idem. 98 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*

²³ Entrevista de K. Dibb ao autor. 99 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 *Paulo Ribeiro da Cunha*

(...) estava vindo decidido direto (...) de certa maneira no nosso partido também existe hierarquia, né? (...) Nós tínhamos que mudar (...) tinha que substituir, fazer lá (...) tirar uma resolução no Formoso, transmitir o poder central aos conselhos, né? Para se criar uma nova direção para o comitê de zona lá, do partido (...) o momento estava mudando tanto que já estava havendo contradição (...) E nós estávamos achando por bem fazer uma mudança, trazer elementos daqueles conselhos para assumir a responsabilidade como dirigente do Partido, né? E isso é obvio, em tudo quanto é organização (...) na maneira que nasce o novo, esse velho tem substituir (...) esse velho as vezes não está caminhando mais (...), quer dizer que existia elementos do partido lá, da direção que já estavam um pouco desrespeitando um pouco o fundamental da linha política do partido lá (...), nós tinha que intervir, mas infelizmente não foi possível por causa do golpe (...)."²⁴ O processo foi abortado por falta de condições políticas – tendo ficado restrito a algumas esferas do Comitê Estadual - , mas, principalmente, devido aos novos rumos em curso que indicavam a possibilidade de um compromisso e de uma efetiva rearticulação partidária em um fórum privilegiado: o **Encontro Camponês de Goiânia**, em fins de 1963. Ou seja, era um momento histórico de redefinição, que resultaria na perspectiva de uma nova etapa de atuação partidária com reflexos perceptíveis e amadurecidos em todos os setores do PCB no estado, e mesmo a nível nacional. Entretanto, em Formoso, ainda com os rumores de golpe em curso na virada de 1963-1964, a estratégia do PCB apontava basicamente para três linhas de intervenção face às alterações sócio-econômicas e às tarefas partidárias a serem equacionadas politicamente com urgência. Uma primeira linha: a relação de poder entre a associação, os conselhos e o novo poder legalmente instituído com a emancipação do município de Formoso e a implantação da prefeitura. Havia indícios de ser esta uma questão equacionada com a rearticulação do "zonal" do partido, sendo este o elo dinamizador de todo o processo, pautado em uma certa herança e tradição que resultou em uma interessante simbiose de articulação política. Como bem comenta Dirce Machado quando afirma que as eventuais divergências entre o Partido e a associação.

²⁴ Entrevista de Sebastião Gabriel Bailão ao autor. 100 Cadernos AEL, n. 7, 1997 Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas

*"(...) eram resolvidas de uma maneira mais prática, democrática mesmo, discutindo, trocando idéias até chegar uma conclusão. Às vezes eram esclarecidos até no organismo de massa da Associação e a minoria aceitava a decisão da maioria (...)."*²⁵

Um outro ponto a destacar é a relação entre a Associação e o sindicato rural, também com indicativos de controle efetivo político e partidário, sem grandes conflitos aparentes. Entretanto, percebe-se que, devido ao crescente número de trabalhadores assalariados em Formoso, um problema colocava-se no horizonte: já que o sindicato poderia, em um futuro próximo, constituir-se em instrumento de representação e de reivindicação diferenciado (e talvez autônomo e conflituoso) da Associação, deveria ter como associado o posseiro em vias de se tornar pequeno proprietário de terra. E, por fim, o debate e delineamento do projeto de uma cooperativa agrícola de produção e consumo que veio a se constituir no terceiro e maior desafio do PCB em Formoso para equacionar as contradições existentes e superar politicamente, através de uma via considerada revolucionária, as conquistas obtidas até então com a posse da terra e a inserção capitalista da região, projeto abortado com o golpe de 64. Esta cooperativa chegou a funcionar embrionariamente por pouco tempo. Antônio Granja conta, ceticamente: *"(...) já não havia a necessidade que havia antes de reunir toda a semana, de você se deslocar da sua casa, ficar oito dias lá em Trombas (...), porque minha propriedade ia se desenvolvendo, precisava de minha presença mais freqüente (...) também dentro da minha casa eu não estava seguro, e lá estava preparando a resistência, preparando a retaguarda. Agora não, cada um vai cuidando de si (...) Agora estou cuidando de fábrica de aguardente, agora eu tenho que cuidar do gado (...) E antes você deixava dias a mulher em casa, né? Ela tomava conta do trabalho na roça, dos porcos, do gado (...) Agora não, precisava da presença do homem (...) Já não tenho tempo pra reunir, e você sabe o que é o campo. O campo você montava num burro, ou ia a pé, de manhã pró meio dia chegava em Formoso ou em Trombas (...) não era um negócio assim como na cidade..., você vai perder um dia, dois dias (...) Então eu digo, não havia condições reais para naquela direção ou impedir a desagregação (...)."*²⁶

Com o golpe, ocorre um processo de mobilização e de expectativa quanto aos rumos dos acontecimentos também e, reencontro do grupo inicial de 1954, juntamente com

²⁵ Entrevista de Dirce Machado ao autor. 101 *Cadernos AEL*, n. 7, 1997 Paulo Ribeiro da Cunha

²⁶ Entrevista de Antonio Granja ao autor.

outros quadros do Partido formados no processo de luta de Formoso e outros advindos da capital. Definida a situação a favor dos golpistas, um debate interno polariza-se entre Porfírio - que queria resistir ao golpe, ainda que isoladamente e o Partido, que, unitariamente, decide pelo recuo face à gravidade dos fatos. Porfírio é isolado e as armas existentes são escondidas na serra. As lideranças caem na clandestinidade e pouco depois a região é invadida pela polícia. Aqui começa uma nova fase da República Socialista de Trombas a ser escrita, uma história que ainda hoje está na memória do povo.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína. Movimentos Sociais no Campo. 1948-64, Pipsa, 1980.

ABREU, Sebastião de Barros. Trombas - A Guerrilha de José Porfírio, Brasília, Ed. Goethe, 1985.

BEZERRA, Gregório. Memórias, Vol. I, II. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.

CAMPOS, Francisco Itami. Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964), Tese de Doutorado em Ciências Sociais, USP/SP, 1985.

CHAIA, Vera Lúcia. Os Conflitos de arrendatários de Santa Fé do Sul - SP, 1959-1969, (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, São Paulo, 1981.

COSTA, Luís Flávio (org). O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954- 1964. FFLCH/USP, São Paulo, 1990.

Cadernos AEL, n. 7, 1997

Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. Aconteceu longe Demais: A luta pela terra em Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964. Tese de Mestrado em Ciência Política, PUC/SP, 1994.

DAYRELL, Eliane Garcindo. O PCB - GO: 1936-1948. FFLCH/USP, São Paulo, 1984.

FALEIROS, Maria Isabel. Percursos e percalços do P.C.B. no campo (1922- 1964), (Doutorado) FFLCH/USP, São Paulo, 1989.

FERNANDES, Maria Esperança Carneiro. A revolta camponesa de Formoso e Trombas. Goiânia, Ed. Ufgo, 1988.

FERNANDES Sobrinho, José. Vidas e vivência - Terra e gente, s.d., Mimeo.

GODOY, José. O Caminho de trombas. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo, Ed. Ática, 1987.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964), Tese de Mestrado em Ciência Política, PUC/SP, 1982.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. História dos Movimentos Sociais no campo.

Rio de Janeiro, Fase, 1989.

NEIVA, Ivani. O outro lado da Colônia, Tese de Mestrado na UNB/Brasília, 1984.

VINHAS, Moisés. O partidão. São Paulo, Ed. Hucitec, 1982.